



Destaque Violência na Grande Lisboa



MIGUEL MADEIRA

Como os tumultos são sintoma das “falhas das políticas públicas”

Especialistas criticam pouco investimento do Estado na qualidade de vida. “Oposição entre centro da cidade e periferia intensifica-se.” Cenário sublinhado pelo aumento da delinquência juvenil

Samuel Alemão

As cenas de destruição repetem-se, noite após noite, com actos de vandalismo praticados por grupos de jovens, alguns deles adolescentes, a deixarem em cinzas peças de mobiliário urbano, carros e autocarros em vários pontos da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Registam-se casos de *cocktails-molotov* e engenhos pirotécnicos atirados, a meio da noite, contra transportes públicos e edifícios, um deles uma esquadra da PSP. As autoridades policiais detêm e identificam dezenas de indivíduos suspeitos de praticarem esses actos, alguns deles menores, e anunciam um reforço de intervenção. Foram bastante agitados os primeiros dias de 2019, em várias zonas de diversos municípios em redor da capital, incluindo na cidade de Setúbal.

O gatilho para os actos de destruição e os protestos protagonizados por grupos de jovens foi o incidente ocorrido, a 20 de Janeiro, em Vale de



MIGUEL MANÇO

Chícharos, no concelho do Seixal, mais conhecido por Bairro da Jamaica. Na manhã desse domingo, e na sequência de uma festa familiar, a polícia é chamada para pôr cobro ao que seria um desentendimento entre mulheres daquele aglomerado urbano. Uma troca de palavras entre agentes da autoridade e elementos da família Coxi converter-se-ia numa cena de violência, filmada por um dos moradores e, em poucas horas, tornada um fenómeno viral nas redes sociais. As alegações de brutalidade policial, vindas de diversos quadrantes, multiplicaram-se e acabaram por alavancar os episódios de desordem pública.

O episódio, hoje esquecido por muitos, acaba por fazer ressoar uma estranha familiaridade com os acontecimentos que têm marcado a última semana, motivados pela morte de Odair Moniz, residente do bairro do Zambujal, na Amadora. O mesmo rasto de destruição, recorrendo aos mesmos métodos, assume-se como forma preferencial de grupos de jovens de bairros da Grande Lisboa

vistos como periféricos manifestarem descontentamento pela maneira como, em dada circunstância, a polícia fez uso da violência sobre um dos membros da sua comunidade. O que há quase seis anos, como nos últimos dias, pareceu ser o exteriorizar de um profundo mal-estar dos membros desses núcleos urbanos, maioritariamente pobres e com forte presença de “minorias étnicas”, em relação ao que consideram ser um padrão de discriminação das autoridades.

Semelhantes nas causas e nos efeitos, ambos os casos estão, porém, longe de ser uma raridade naqueles que, aos olhos da grande maioria de quem ali não vive, são vistos como “bairros problemáticos”. Ou, na linguagem das forças de segurança, são etiquetados como zonas urbanas sensíveis (ZUS). Tais casos constituem-se, na realidade, como novos capítulos de um contínuo de exclusão social e violência, que, ocasionalmente, mas com estrépito, chama a atenção da sociedade portuguesa para esses aglomerados. Alguns são de habitação social, mas não todos. Vasculhan-

do os arquivos, porém, é possível verificar a ocorrência, no último quarto de século, de diversos casos de violência urbana em bairros da zona metropolitana da capital com essas características.

Recordem-se dois dos casos mais falados. Em Maio de 2009, o Bairro da Bela Vista, em Setúbal, foi palco de graves tumultos, durante dias, na sequência da morte com um tiro na nuca de um jovem de 20 anos, por um disparo da GNR, na sequência de um assalto por si cometido a um multibanco no Algarve. No ano anterior, em Agosto de 2008, o país ficou chocado com as cenas de violência, incluindo trocas de tiros, entre moradores da Quinta da Fonte, na Apelação, concelho de Loures, um bairro municipal construído para realojar pessoas que antes viviam em barracas. Incidentes que tiveram como protagonistas as comunidades ciganas e africanas daquele bairro.

Mas, recuando um pouco mais, também se pode lembrar o caso do suposto “arrastão” na praia de Carcavelos, ocorrido no Verão de 2005,

Bairro da Bela Vista, em Setúbal, à esquerda, e o bairro da Quinta da Fonte, na Apelação, Loures, em cima

protagonizado por um numeroso grupo de miúdos negros provenientes de bairros da Linha de Sintra, gerando uma situação de pânico entre os banhistas, acaloradas discussões sobre o que se teria realmente passado e manifestações de preconceito racial. E, antes disso, retrocedendo a Julho de 2000, houve o acontecimento, igualmente muito mediatizado, protagonizado por um grupo de rapazes da zona de Setúbal, também negros, que numa noite frenética protagonizaram vários actos de violência na Grande Lisboa, incluindo um assalto e uma tentativa de violação à actriz Lídia Franco, numa bomba de gasolina da CREL.

Criminalidade grupal e juvenil

A recorrência de casos relacionados com “bairros periféricos” ou “problemáticos” poderá, então, levar muitos a interrogarem-se sobre as suas razões. Ou, por outras palavras: porquê ali e não noutros locais? Porquê com aquelas pessoas? Ainda para mais, porque tal acontece agora sob um pano de fundo, indicam as estatísticas mais recentes, de aumento da “criminalidade grupal e [da] delinquência juvenil”, realidade envolvendo sobretudo jovens entre 15 e 25 anos. O anterior Governo criou mesmo a Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, que produziu três relatórios, o último dos quais em Março deste ano, diagnosticando o fenómeno e produzindo um total de 75 “recomendações e linhas de acção” para com ele lidar.

Referindo-se a uma realidade que tem tido uma considerável expressão na Área Metropolitana de Lisboa”, o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASDI), relativo a 2023, assinala um crescimento de 8,7% da delinquência juvenil e uma →

Destaque Violência na Grande Lisboa

NUNO FERREIRA SANTOS



subida de 14,8% da criminalidade grupal, definida como o cometimento de crime por três ou mais suspeitos. Fenómenos que esse documento integra em dinâmicas associadas a rivalidades entre grupos de diferentes zonas ou bairros da AML. E que, nota, “costumam ser referidos em músicas e vídeos de subculturas musicais que representam referências hiperlocais e hiperpersoais”.

Uma conjuntura que, escreve-se no RASI 2023, estará muito associada à subcultura “drill”, subgénero musical derivado do hip-hop e cujo imaginário lírico é, com grande frequência, preenchido por cenas de brutalidade explícita e glorificação de actos de violência. Um diagnóstico que já constava do relatório de 2022. As redes sociais acabam por ser um facilitador da acção desses grupos, identifica o relatório, que aponta como zonas de maior tensão os concelhos de Loures e Amadora. “É fácil ver onde estão esses problemas. Se sobrepuser um mapa das ocorrências de segurança com outro dos bairros sociais, perceber-se-á onde estão as ZUS”, diz ao PÚBLICO, sob anonimato, fonte de uma associação sindical de polícias.

Mas quem estuda os fenómenos urbanísticos da AML tem muitas reservas sobre tal interpretação. “Não diria que estes bairros são guetos. Não temos um problema muito grande de guetização, se nos compararmos com outros países europeus, como a França”, diz Gonçalo Antunes, geógrafo, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com trabalho desenvolvido em políticas habitacionais. Entre estas, tem estudado com particular atenção o Programa Especial de Realojamento (PER), criado em 1993 para responder a situações de emergência habitacional, com especial incidência de pessoas a viverem em barracas, e ao fenómeno da habitação social.

“É verdade que alguns destes bairros não estão bem integrados e podiam-se ter feito muito mais. Mas cada município tem a sua experiência de PER, que pode variar de concelho para concelho”, diz Gonçalo Antunes, notando que a habitação social não se resume àquele programa. Há muitos bairros geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, como é o caso do Bairro do Zambujal, onde ainda se contam prédios de pro-

moção privada. Neste caso específico, o investigador, que residiu lá perto, considera-o um “bairro bem integrado na malha urbana, onde não se têm registado incidentes”. Ainda assim, reconhece que “há muitos bairros da AML em que a população se sente excluída e secundada”, por achar que não tem direito a um “habitat digno” e às mesmas oportunidades que o resto da sociedade.

“Círculo vicioso”

Sintomas que, potenciados por casos como o de Odair, suscitam ocasionalmente erupções de violência como a desta semana. “Aquilo a que estamos a assistir é cíclico e acontece muito esporadicamente. Estes casos são depois muito mediatizados, porque, na verdade, somos um país pacífico”, considera o geógrafo, embora qualifique como “inaceitáveis” os actos de violência. “Mimetizou-se o que se passa no Zambujal, para dar conta de um certo mau estar, da mesma forma que se mimetiza o que se passa nos subúrbios de Paris”, comenta.

Não está só nessa ideia. “Bairros problemáticos é a forma como a sociedade em geral os vê, apenas

neles reparando, de tempos a tempos, quando há casos mais mediáticos”, nota António Brito Guterres, assistente social especializado em Estudos Urbanos e observador atento destes núcleos. No fundo, sugere, esse carimbo é a forma mais superficial de olhar para uma realidade ancorada em profunda discriminação social. “Há um círculo vicioso, com a ocorrência destes casos, que são depois reproduzidos de forma insistente pelos *media*, reforçando um estigma que sobre eles existe, até caírem novamente no esquecimento. Depois, o ciclo das notícias vira-se para outra coisa qualquer. Mas os problemas mantêm-se lá”, afirma o também investigador do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE.

E esses “problemas” são, aponta Brito Guterres, “as notórias falhas nesses territórios no acesso às coisas mais básicas, como justiça, cultura, saúde, educação e, no fundo, oportunidades para ter uma vida melhor”. Aspirações, nota, iguais às da esmagadora maioria das pessoas. “Existe um contínuo de falhas sistemáticas da administração pública nestes locais, contribuindo para o acumular do sen-

timento de frustração. Vive-se mal, há falta de equipamentos e os espaços públicos não têm qualidade”, considera o investigador. Pior, em muitas circunstâncias, “a acção mais visível do Estado, nesses sítios, manifesta-se pela presença da polícia”. E grande parte das vezes, sublinha, isso acontece através de uma “abordagem militarizada, com agentes a aparecerem de cara tapada por passa-montanhas”. Isto quando o princípio deveria ser o oposto, com uma aposta no policiamento de proximidade.

Uma apreciação partilhada por Ana Cardoso, socióloga especializada em assuntos como a pobreza, a exclusão social, a violência juvenil e as minorias étnicas. “Alguém que tapa o rosto é alguém que representa uma instituição em quem não confiamos. Infelizmente, foi desaparecendo a polícia de proximidade, dando lugar a esta abordagem mais musculada”, lamenta a investigadora do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), entidade com trabalho de integração social desenvolvido no bairro do Zambujal, há mais de três décadas. Uma actividade que, nos últimos anos, foi prosseguida pela CooperActiva – Cooperativa de Desenvolvimento



DANIEL ROCHA

Social. “Este não é um bairro problemático. Recuso por completo tal qualificação”, diz, notando nunca antes se ter ali assistido a uma situação de violência digna de registo.

Ana Cardoso critica os actos de violência dos últimos dias, mas vê-os como expressão de “um grande sentimento de injustiça da população face à forma como é tratada pela polícia”. E isso, salienta, não tem apenas que ver com o que se passou com Odair Moniz. Será reflexo, sublinha, de um quotidiano sentido não apenas no Zambujal, mas em grande parte dos bairros pobres da Grande Lisboa. E que se agudizará no caso das pessoas que não são brancas. “Um dos traços comuns neste descontentamento tem muito que ver com a discriminabilidade com que a polícia os desrespeita. A facilidade com que são mandados parar, mesmo quando estão com um bebé ao colo, com que são encostados à parede, confrontados com comentários desagradáveis sobre a cor da sua pele ou do seu penteado”, afirma.

As falhas do Estado

Uma percepção refinada pela socióloga nos muitos anos de trabalho no

Zambujal, onde a CESIS e a CooperActiva “sempre se preocuparam em colmatar as grandes falhas nas políticas públicas”. Diagnóstico que alarga a grande parte dos bairros da AML onde vivem comunidades mais carenciadas. “Em muitos destes sítios, o Estado falha em várias dimensões. São locais habitados por gente que, muitas vezes, tem vidas difíceis, que trabalha de sol a sol para ter um magro salário”, diz Ana Cardoso, sobre sítios onde o habitat e as infra-estruturas públicas são de pouca qualidade ou inexistentes. Por isso, e porque “muitos dos jovens que ali vivem sentem não ser tidos em conta pelo resto da sociedade, permanecendo invisíveis a maior parte do tempo”, existe uma sensação de forte injustiça. Que é aproveitada nestes momentos, através da exposição ao olhar da comunicação social.

Uma avaliação, em grande medida, concordante com a de Jorge Malheiros, investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Se é verdade que os incidentes dos últimos dias, com autocarros e caixotes do

lixo carbonizados, têm maior expressão em alguns territórios, “sendo a face mais visível e complicada” da reacção à morte de Odair na Cova da Moura, o académico considera que “o que está por trás dos incidentes tem muito que ver com a relação destes bairros com o resto da sociedade”. Algo que, diagnostica, “demonstra um mal-estar social e nos obriga a reflectir sobre a área metropolitana de Lisboa”.

“Há um conjunto de indicadores que nos levam a pensar, de novo, numa intensificação da oposição entre o centro da cidade e a periferia”, diz Malheiros, notando um agudizar do contraste sentido entre esses bairros, muito deles pouco qualificados, e determinadas zonas de Lisboa hipervalorizadas, nos anos mais recentes, pelo turismo e o investimento imobiliário. “A área central está crescentemente inacessível. E, em muita da periferia, há piores transportes, existem menos e piores equipamentos, menos acesso ao emprego e até a qualidade do espaço público é pior”, analisa o geógrafo, reiterando críticas feitas por outros ao “desinvestimento no policiamento de proximidade”. O que

António Brito Guterres, à esquerda, é assistente social pós-graduado em Estudos Urbanos. Jorge Malheiros, em cima, é investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

acontece, repara, em detrimento de uma “estratégia de exibição de força”, reforçada por “ambiente mediático com crescente discurso xenóforo e racista”.

Tudo isso são evidências, diz, do “incumprimento da acção pública” em muitos desses bairros. A qual seria ainda mais necessária, afirma Jorge Malheiros, num contexto social em que, “sob uma camada de discurso de boas finanças públicas, existe muita precariedade laboral e marginalização”. Um quadro de frustração que é sentido com maior intensidade pelos jovens. “Quando falamos com organizações de moradores, o que ouvimos é uma reivindicação por melhores condições

para as pessoas”, refere, lembrando a importância de muitos dos programas criados, nas duas últimas décadas e meia, a pensar nesses territórios. São os casos do Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), dentro da cidade de Lisboa, ou do Programa Escolhas, fundado, em 2001, a pensar em certos bairros dos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, na sequência do “caso Lídia Franco”. Ou ainda do mais recente Bairros Saudáveis. O problema é que, diz, “sabe-se pouco sobre a sua execução”, para se poder agir de forma “mais preventiva”.

Uma história repetida

Avaliação partilhada por António Brito Guterres. Lamentando o que diz ser o resultado de “políticas públicas *ad hoc*”, corporizadas por essas iniciativas, Guterres critica o que vê como a “incoerência” da acção do Estado naqueles territórios. “Despeja-se uns quantos milhares de euros em acções pontuais, mas depois esquece-se tudo o resto”, referindo-se a esses programas públicos que, com frequência, são concebidos com essas comunidades em mente. “Para piorar, alguns destes programas são feitos de acordo com esta lógica meritocrática dos concursos, em que, para obterem o financiamento para determinados projectos, os territórios têm de competir uns com os outros”, critica.

Também Gonçalo Antunes contribui para este retrato de insuficiência das políticas públicas em muitos destes bairros. “É verdade que, nas últimas décadas, se resolveu a carência habitacional, mas esses bairros têm, muitas vezes, grandes fragilidades em termos de habitat. Seja ao nível de infra-estruturas, espaço público, serviços de apoio ou transportes. E isso acaba por se reflectir na vivência”, explica o docente da FCSH da Nova. “É importante que a administração pública esteja mais presente nesses locais, que os municípios criem instrumentos semelhantes”, prescreve, repetindo a constatação das queixas de discriminação pelos moradores desses bairros.

Um sentimento que, em suma, tem que ver com essa justaposição de sinais negativos do Estado: por um lado, verifica-se uma fraca intervenção na esfera social; por outro, uma presença policial cada vez mais “musculada”. Afinal, e se se olhar para o Zambujal, percebe-se que nada disto é novo. A 28 de Março de 2003, Carlos Reis, um jovem cabo-verdiano de 20 anos, morria no hospital, depois de ter sido baleado na cabeça por um agente da PSP, por alegadamente ter desobedecido a uma ordem de paragem no decurso de uma “operação stop” naquele bairro. O caso caiu no esquecimento, mas, salienta Ana Cardoso, “ali ninguém se esquece dele”. Ainda é presente.

Destaque Violência na Grande Lisboa

Convocatórias para hoje

Manifestações não se cruzam mas PSP vai ter *drones*, cães e agentes à civil nas ruas de Lisboa

Sónia Trigueirão

Vida Justa decidiu não esperar por parecer da PSP e mudou destino da manifestação para não se cruzar com Chega

Mesmo depois de o movimento Vida Justa ter anunciado ontem que alterou o destino final da manifestação que agendou para hoje à tarde, em Lisboa, para evitar confrontos com o partido de André Ventura, o Chega, a PSP considera que há “algum risco para a ordem e segurança públicas” e vai estar na rua com um forte dispositivo. O receio maior reside, sobretudo, na possibilidade de existirem em ambas as manifestações infiltrados dispostos a agir como agentes provocadores e de incentivo à violência, disse fonte policial ao PÚBLICO.

A acompanhar as duas manifestações vão estar vários agentes à civil, *drones* (que já foram usados nos últimos dias nos bairros onde ocorreram tumultos para ajudar na detenção de indivíduos em flagrante delito), elementos das Equipas de Prevenção e Reacção Imediata (EPRI) e de Intervenção Rápida (EIR) da PSP, assim como elementos da Unidade Especial de Polícia (UEP), nomeadamente das subunidades Corpo de Intervenção e Grupo Operacional Cinotécnico, ou seja agentes com cães.

Familiares de Odair Moniz, que morreu depois de ter sido baleado por um agente da PSP, na Cova da Moura, em circunstâncias que ainda estão a ser investigadas pela Polícia Judiciária (PJ), associações de moradores do Bairro do Zambujal, o movimento Vida Justa e outros movimentos sociais anunciaram, na quarta-feira à noite, que iam organizar a manifestação Justiça para Odair Moniz, sob o lema “Sem Justiça não há paz”, sendo que na quinta-feira André Ventura, líder do partido Chega, anunciou que iria promover uma manifestação em defesa da polícia.

Embora com percursos diferentes, ambas as manifestações tinham originalmente como destino final a Assembleia da República. Ontem, o Vida Justa anunciou que decidiu alterar o local de destino da sua manifestação, que terá início no Marquês de Pombal e irá agora terminar na Praça dos Restauradores.

Assim, a manifestação da iniciativa Vida Justa vai marchar do Marquês aos Restauradores, hoje às 15h00. Já

Artérias da cidade de Lisboa que vão estar condicionadas



Fonte: PSP

PÚBLICO

o Chega, que manteve o seu percurso, disse ao PÚBLICO fonte do partido, vai sair da Praça do Município pelas 15 horas em direção à Assembleia da República, subindo o Chiado.

Porém, no comunicado em que anunciou a alteração do seu percurso, o movimento Vida Justa fez críticas bastante duras, ao condenar “a decisão das autoridades de permitir que o Chega terminasse a sua contra-manifestação no mesmo local da manifestação”.

“Esta decisão, no entender do Vida Justa, é ilegal – por ter sido convocada primeiro a manifestação ‘Sem Justiça não há Paz’ e não serem permitidas contramanifestações – e é irresponsável”, lê-se no mesmo

As duas manifestações de hoje tinham como destino comum a Assembleia da República

comunicado, que acrescenta: “Estamos cientes de que o Chega, que defende que Portugal estaria melhor se os polícias matassem mais pessoas, está interessado em criar incidentes, mas a manifestação dos bairros é pacífica e responsável, mesmo quando as autoridades não o estejam a ser”.

No entanto, ao PÚBLICO, a PSP explicou que recebeu a comunicação da autoridade administrativa, neste caso a Câmara Municipal de Lisboa (CML), tendo de imediato procedido à elaboração da “habitual análise de risco para a ordem e segurança públicas associada à realização dos eventos no espaço e horário propostos pelos promotores”, cujas iniciativas reconheceu terem “posicionamentos ideológicos antagónicos”.

Análise de risco da PSP

A PSP sublinhou que se empenhou “em conciliar as duas manifestações, harmonizando as intenções e desígnios de ambos os promotores, adaptando o seu dispositivo para dar resposta positiva ao exercício do direito de manifestação por parte dos cidadãos que queiram integrar as ações de manifestação, assegu-



O Bairro do Zambujal esta semana

rando que quem comunicou primeiro exerce, se não houver constrangimentos de maior, a primazia da escolha do local e itinerário, reservando as maiores condicionantes para o segundo comunicante, pelos motivos óbvios se forem oponentes nas intenções”.

Porém, a PSP disse que, quando ainda estava a fazer a análise de risco, soube pela comunicação social que “a iniciativa promovida pelo movimento Vida Justa teria alterado o percurso do desfile e o *terminus* do mesmo, por sua livre iniciativa e sem esperar pelo parecer”.

Com essa alteração, “atendendo às características físicas e sociais dos espaços comunicados para as concentrações e respectivos desfiles, a PSP entendeu que, embora exista algum risco para a ordem e segurança públicas relativamente a o horário das iniciativas ser coincidente, estão reunidas as condições de segurança necessárias para a realização dos eventos”.

A PSP ressalva, no entanto, “que continua a recolher informação e a acompanhar os desenvolvimentos referentes às iniciativas agendadas para este sábado, nomeadamente através de fontes abertas. Esta moni-

torização e recolha contínuas de informação permitem avaliar os potenciais riscos associados às iniciativas e planejar a operação policial mais adequada e ajustada às necessidades de segurança de todos os intervenientes e de terceiros”.

Além disso, a PSP lembra que, de acordo com a lei, a autoridade administrativa é a CML, “limitando-se a PSP à emissão de parecer com base em critérios técnicos policiais, incluindo a análise e avaliação do risco”.

O PÚBLICO também tentou obter esclarecimentos por parte da Câmara Municipal de Lisboa sobre as críticas feitas pelo Vida Justa, mas não obteve qualquer resposta. Em Fevereiro o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, com o fundamento de falta de segurança, decretou a proibição da manifestação promovida pelo movimento de Mário Machado, “contra a islamização da Europa”, convocada para o Martim Moniz. Na altura, o presidente da Câmara de Lisboa fundamentou a sua decisão com um parecer emitido pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República em 2021 sobre as competências dos presidentes de câmara.

Destaque Violência na Grande Lisboa

Grupo de cidadãos apresenta queixa-crime

Ministério Público abre inquérito a declarações de Ventura e a dois membros do Chega

Ana Bacelar Begonha,
Joana Gorjão Henriques
e Susete Francisco

Queixa-crime refere ofensa à memória de pessoa falecida, apologia da prática de crime e incitamento à desobediência

O Ministério Público instaurou um inquérito por causa das declarações de três membros do Chega a propósito da morte de Odaír Moniz, o cidadão cabo-verdiano de 43 anos morto com dois tiros por um agente da PSP.

Em resposta a uma pergunta enviada na quinta-feira de manhã pelo PÚBLICO sobre se tinham aberto inquérito às declarações de André Ventura, que afirmou que o polícia que matou Odaír Moniz devia ser condecorado, ao *post* do assessor Ricardo Reis, que afirmou que com a morte de Odaír Moniz há “menos um criminoso... menos um eleitor do Bloco”, e às declarações do líder parlamentar sobre o mesmo tema num debate da RTP, “Talvez se os polícias disparassem mais a matar o país estava em ordem”, fonte oficial da Procuradoria-Geral da República afirmou: “Confirma-se a instauração de inquérito relacionado com a matéria em referência. O mesmo corre termos no DIAP Regional de Lisboa.”

Esta iniciativa do Ministério Público é independente da queixa-crime que, soube-se ontem, será apresentada por vários cidadãos e que motivou a criação de uma petição pública que pode ser subscrita *online* e que, pelas 18h00, já tinha sido assinada por mais de 10.000 pessoas e estava em crescendo. Um grupo de cidadãos, entre os quais se contam os antigos ministros Francisca van Dunem e João Costa, vai avançar com uma queixa-crime contra o presidente do Chega, André Ventura, e o líder parlamentar do partido, Pedro Pinto, por ofensa à memória de pessoa falecida, instigação à prática de crime, apologia da prática de crime e incitamento à desobediência colectiva.

A queixa-crime, avançada ontem pelo *Diário de Notícias*, cita várias declarações de André Ventura sobre a morte de Odaír Moniz, baleado pela polícia, defendendo que estão em causa ilícitos criminais. “Nós não devíamos constituir este homem arguido; nós devíamos agradecer a este polícia o trabalho que fez. Nós devíamos condecorá-lo e não consti-



O procurador-geral da República, Amadeu Guerra, não esperou por uma queixa contra o Chega

tui-lo arguido, ameaçar com processos ou ameaçar prendê-lo”, afirmou André Ventura, que disse também: “Obrigado. Obrigado. Era esta a palavra que devíamos estar a dar ao polícia que disparou sobre mais este bandido na Cova da Moura. Mas não. Agora, multiplicam-se as narrativas de que ele era boa pessoa, que ajudava muito, que era um tipo simpático e porreiro. A única coisa: tentou esfaquear polícias, estava a fugir deles e ia cometer crimes, com toda a probabilidade.”

O texto da queixa – que, segundo avançou à Lusa um dos promotores, o jurista Miguel Prata Roque, será entregue na Procuradoria-Geral da República na próxima semana – sustenta que “as declarações públicas que pretendem incentivar a desordem e a desobediência dos agentes das forças de segurança face aos seus superiores hierárquicos” constituem um “crime de incitamento à desobediência colectiva”.

Já no que se refere a Pedro Pinto, a

queixa sustenta que as declarações do líder parlamentar do Chega – que, num debate na RTP3, afirmou que “se calhar, se disparassem mais a matar, o país estava mais na ordem” – fazem “a apologia de um crime”, enquadrando-se também como incitamento à prática de crime.

“O suspeito Pedro Pinto incentivou – e sabe que o fez – que agentes das forças de segurança usassem, indevidamente, as armas que lhes são entregues pela República Portuguesa, em nome de todos os cidadãos, para matar outros concidadãos na via pública, através de execuções sumárias que são proibidas pela Constituição e por todos os textos internacionais de defesa dos direitos humanos”, refere a proposta de queixa.

“Com estas declarações, o suspeito Pedro Pinto também cometeu o mesmo crime de incitamento à desobediência colectiva das forças de segurança que foi cometido pelo suspeito André Ventura, agindo em conjunto com este e com vários outros

membros da mesma associação partidária e, assim, formando uma associação criminosa”, refere a queixa.

O texto aponta ainda a Ricardo Reis, assessor parlamentar do Chega, que escreveu na rede social X: “A única palavra é esta: obrigado ao agente que deixou as ruas mais seguras!”, acrescentando: “Menos um criminoso... menos um eleitor do Bloco.” Declarações que configuram, para os signatários, associação criminosa, apologia de um crime e ofensa à memória de pessoa falecida.

Na reacção, André Ventura queixou-se de “perseguição política” e afirmou que “é uma coisa sem nenhum sentido, e sem nenhum cabimento, num momento em que a justiça está entupida de trabalho, estar a levar para os tribunais uma discussão política, uma discussão de cariz social que apenas é para fazer perseguição e pressão”. “É um sentido jurídico, mas não é um sentido político, é um sentido de perseguição política”, acrescentou.

Reacções

O país não precisa de políticos pirómanos

Rui Rocha

Presidente da Iniciativa Liberal

Só podemos saudar a iniciativa. As palavras do líder parlamentar do Chega foram um incitamento a um crime, há um enquadramento legal e isto não pode passar em claro nem impune

Mariana Mortágua

Coordenadora do BE

Liberdade de expressão todos temos, o problema é quando usamos a liberdade de expressão para cometer actos ilícitos

António Filipe

Deputado do PCP

Já PCP e BE saudaram a apresentação da queixa-crime. “Saudamos a iniciativa de um grupo de cidadãos em apresentar uma queixa ao Ministério Público. Gostaria de recordar que nesse grupo está uma ilustre magistrada, jurista, já foi ministra da Justiça e procuradora distrital do Ministério Público, Francisca van Dunem. As palavras do líder parlamentar do Chega foram o incitamento a um crime, há um enquadramento legal e não pode passar em claro, nem passar impune”, defendeu a líder do BE, Mariana Mortágua, citada pela Lusa. Pelo PCP, o deputado António Filipe referiu que as declarações dos dirigentes do Chega são “absolutamente inaceitáveis” e voltou a defender que o tema seja debatido em conferência de líderes. Rui Rocha, líder da Iniciativa Liberal, defendeu, citado pela Lusa, que as declarações de André Ventura e Pedro Pinto sobre a morte de Odaír Moniz são graves e que o país não precisa de “políticos pirómanos”.

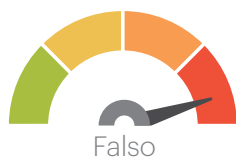
Prova dos factos

André Ventura venceu todos os processos judiciais movidos contra si?

A frase

"Fui a tribunal sempre que me acusaram de difamação, racismo, discriminação. Venci em todos os processos. Em todos, o tribunal deu-me razão."

André Ventura, líder do Chega



O contexto

André Ventura respondia aos jornalistas sobre se iria invocar imunidade parlamentar depois de um grupo de cidadãos avançar com uma queixa-crime contra o

presidente e o líder parlamentar do Chega, Pedro Pinto, por ofensa à memória de pessoa falecida, instigação à prática de crime, apologia da prática de crime e incitamento à desobediência colectiva.

Os factos

Não há registo de que André Ventura tenha alguma vez invocado a imunidade parlamentar de que goza por ser deputado, sendo que a mesma já foi levantada em diversas ocasiões. Em Junho de 2022, por exemplo, o Parlamento aprovou o levantamento da imunidade de Ventura para responder em dois processos judiciais: um no caso de um jantar-comício da sua candidatura, realizado em Braga, durante o estado de emergência decretado por causa da pandemia de covid-19 e em que foi pronunciado pelo crime de desobediência (o processo acabou por ser arquivado); e o segundo por uma queixa por difamação apresentada pela actual líder do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua.

A imunidade parlamentar de Ventura também foi levantada por unanimidade em Dezembro de 2021 pela Comissão Permanente da Assembleia da República para o então deputado único do Chega poder responder num caso em que era acusado de difamação pelo historiador e fundador do Bloco de Esquerda (BE) Fernando Rosas. O Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) decidiu, no entanto, não levar a julgamento o presidente do Chega.

No entanto, Ventura não "venceu todos os processos" em que esteve envolvido em tribunal, como afirma. Em Maio de 2021, foi condenado em tribunal por ter ofendido a honra e o bom-nome de uma família do Bairro da Jamaica, no Seixal. O caso remonta a um debate televisivo durante a campanha para as presidenciais que André Ventura realizou com Marcelo Rebelo de Sousa, em Janeiro de 2021, durante o qual o candidato do

Chega exibiu a foto de uma visita que o Presidente da República tinha feito àquele bairro cerca de dois anos antes.

O chefe de Estado aparecia na imagem com uma família que incluía um membro que já tinha tido problemas com a justiça, relacionados com descatos, condução sob embriaguez e, segundo André Ventura, também com tráfico de droga. Na foto aparecia também uma criança do mesmo agregado familiar. Ventura acusou Marcelo de preferir ir ao bairro confraternizar com "bandidos" do que visitar os agentes policiais agredidos dias antes, durante confrontos com moradores. E acusou estas pessoas de terem vindo para Portugal "viver do Estado social".

Ventura foi obrigado a pedir desculpas públicas à família Coxi e a publicar a condenação, a expensas suas, nos mesmos meios de comunicação social em que as declarações ofensivas foram originalmente divulgadas — na SIC, na SIC Notícias, na TVI e

ainda na conta do Partido Chega no Twitter.

O líder do Chega ainda recorreu da decisão, mas o Supremo Tribunal de justiça recusou reapreciar a condenação. Assim, foi mantida a decisão do Tribunal da Relação de Lisboa, que censurou o líder do Chega por ter discriminado a família Coxi, que não pediu qualquer indemnização, "em função da cor da pele e da sua situação socioeconómica". O líder do partido de direita radical populista acabou por se retractar, mas sublinhou que só o fazia por obrigação, tendo mesmo afirmado que isso não equivalia a nenhum pedido de desculpa.

Veredicto

É falso que André Ventura "tenha vencido todos os processos em tribunal", como afirmou o líder do Chega na manhã de ontem. Em 2021, foi condenado em tribunal por ter ofendido a honra e o bom-nome de uma família do Bairro da Jamaica.

Sofia Neves

